

(Publicada no DOU nº 188, de 27 de setembro de 2012, Seção I, página 133)

PORTARIA-TCU Nº 256, DE 25 DE SETEMBRO DE 2012.

Aprova o Relatório de Gestão Fiscal exigido pela Lei Complementar nº 101, de 4 de maio de 2000 (Lei de Responsabilidade Fiscal).

O PRESIDENTE DO TRIBUNAL DE CONTAS DA UNIÃO, no uso da atribuição que lhe é conferida pelo inciso XLIII do art. 28 do Regimento Interno, e na forma prevista pela Lei Complementar nº 101, de 4 de maio de 2000, resolve:

Art. 1º É aprovado o Relatório de Gestão Fiscal referente ao 2º quadrimestre de 2012, na forma do anexo desta Portaria.

Parágrafo único. O referido relatório será publicado no Diário Oficial da União e disponibilizado, para acesso ao público, na forma prevista no § 2º do art. 55 da Lei Complementar nº 101, de 2000.

Art. 2º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

BENJAMIN ZYMLER



**ANEXO**  
UNIÃO – PODER LEGISLATIVO  
TRIBUNAL DE CONTAS DA UNIÃO  
RELATÓRIO DE GESTÃO FISCAL  
**DEMONSTRATIVO DA DESPESA COM PESSOAL**  
ORÇAMENTOS FISCAL E DA SEGURIDADE SOCIAL  
SETEMBRO/2011 A AGOSTO/2012

LRF, art. 55, inciso I, alínea "a" - Anexo I

R\$ 1,00

DESPESA COM PESSOAL	DESPESAS EXECUTADAS <sup>(1)</sup> (Últimos 12 Meses)	
	Liquidadas (a)	Inscritas em Restos a Pagar Não- Processados (b)
<b>DESPESA BRUTA COM PESSOAL (I)</b>	<b>1.149.124.412,83</b>	<b>21.092.471,93</b>
Pessoal Ativo	732.472.583,41	15.096.623,65
Pessoal Inativo e Pensionistas	416.651.829,42	5.995.848,28
Outras despesas de pessoal decorrentes de contratos de terceirização (art. 18, § 1º da LRF)	0,00	0,00
<b>(-) DESPESAS NÃO COMPUTADAS (art. 19, § 1º da LRF) (II)</b>	<b>214.693.494,71</b>	<b>0,00</b>
Indenizações por Demissão e Incentivos à Demissão Voluntária	0,00	0,00
Decorrentes de Decisão Judicial	0,00	0,00
Despesas de Exercícios Anteriores	2.276.560,87	0,00
Inativos e Pensionistas com Recursos Vinculados <sup>(2)</sup>	212.416.933,84	0,00
Convocação Extraordinária (inciso II § 6º, art. 57 da CF)	0,00	0,00
<b>DESPESA LÍQUIDA COM PESSOAL (III) = (I - II)</b>	<b>934.430.918,12</b>	<b>21.092.471,93</b>
<b>DESPESA TOTAL COM PESSOAL - DTP (IV = IIIa + IIIb)</b>	<b>934.430.918,12</b>	<b>21.092.471,93</b>
<b>APURAÇÃO DO CUMPRIMENTO DO LIMITE LEGAL</b>		
<b>RECEITA CORRENTE LÍQUIDA - RCL (V)</b>	<b>600.187.794.660,00</b>	
<b>% da DESPESA TOTAL COM PESSOAL - DTP sobre a RCL (VI) = (IV/V) * 100</b>	<b>0,159204%</b>	
<b>LIMITE MÁXIMO (incisos I, II e III, art. 20 da LRF) - 0,4344%</b>	<b>2.580.807.517,04</b>	
<b>LIMITE PRUDENCIAL (§ único, art. 22 da LRF) - 0,4127%</b>	<b>2.451.767.141,19</b>	

Fonte: Siafi Gerencial 2011 e 2012; Portaria nº 544, de 18 de setembro de 2012 (RCL)

Notas: (1) Durante o exercício, somente as despesas liquidadas são consideradas executadas. No encerramento do exercício, as despesas não liquidadas inscritas em restos a pagar não processados são também consideradas executadas. Dessa forma, para maior transparência, as despesas executadas estão segregadas em:

- a) Despesas liquidadas, consideradas aquelas em que houve a entrega do material ou serviço, nos termos do art. 63 da Lei 4.320/64;
- b) Despesas empenhadas mas não liquidadas, inscritas em Restos a Pagar não processados, consideradas liquidadas no encerramento do exercício, por força inciso II do art. 35 da Lei 4.320/64.

(2) Inativos e Pensionistas com Recursos Vinculados correspondentes às fontes de recursos 56 e 69.

**Fernando Luiz Souza Eira**  
Secretário-Geral de Administração

**Eugênio Paccelli de Paula Corrêa**  
Secretário de Controle Interno

**José Eliomá Oliveira Albuquerque**  
Secretário de Orçamento, Finanças e Contabilidade